

Assunto: Evandro assume vaga no Tribunal de Justiça

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 23/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Evandro assume vaga no Tribunal de Justiça

Magistrado promete priorizar agilidade nos processos e encurtar o diálogo com a população

ELISA JACQUES
Especial para o Diário

O novo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Evandro Magalhães, assumiu o cargo ontem prometendo priorizar a agilização dos processos e trabalhar para encurtar o contato entre o Judiciário e a população. Originário do Ministério Público, ele foi escolhido pela vaga do Quinto Constitucional e se tornou o 46º membro da corte. "Nosso compromisso agora é com a agilização. Com o aumento do número de desembargadores, acredito que o estoque de processos vá diminuir. Porque se você tiver mais demandas e mais desembargadores, isso pode reduzir a quantidade de processos e fazer com que os julgamentos sejam realizados em menor tempo", explicou Evandro.

Após o discurso de posse, ele explicou que as mudanças em curso no Código Civil trarão vantagens para o Judiciário. Isso porque, entre elas, há as que reduzem o número de recursos possíveis. O desembargador revela que esse princípio fará com que a tramitação se torne mais curta e eficaz. O resultado disso será julgamentos mais rápidos.

Coube ao desembargador Jones Figueiredo fazer o discurso



RICARDO FERNANDES/DP/D.A PRESS

de saudação. Ele destacou que a chegada do novo membro à Casa era uma quebra de paradigmas. Isso porque a indicação do promotor representou um avanço, já que em votações anteriores os nomes dos indicados que figuravam na lista faziam todos parte da Procuradoria de Justiça. Desta vez, o nome de um promotor figurou tanto na lista sêxtupla (seis indicados) quanto na tríplice (três indicados).

Perfil

O novo desembargador do TJPE era titular da 10ª Promotoria de Justiça Cível no Ministério Pú-

blico de Pernambuco (MPPE). Ele estava atuando, por convocação, na 11ª Procuradoria de Justiça Cível. Formado no bacharelado de direito da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), em 1991, Evandro Magalhães dedicou mais de 20 anos à carreira jurídica. Entre eles, 18 anos foram dedicados ao Ministério Público de Pernambuco, por onde atuou nas comarcas de Caruaru, Carpina, Camaragibe e na capital, ocupando diversos cargos, entre eles o de promotor da Infância e Juventude e o da Assessoria Técnica em Matéria Administrativa (ATMA).

Novo desembargador fez carreira no Ministério Público antes de ser eleito para o TJPE

Assunto: Arquivo zero	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 23/01/2014
Editoria: VIVER	Seção: João Alberto

joãoalberto

Arquivo zero

O presidente Jovaldo Nunes, a secretária Cristina Buarque e a juíza Marylúcia Dias de Araújo comandam, hoje, às 14h30, o lançamento do mutirão *Arquivo Zero* nos quatro anos da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Pelo apoio à causa, serão homenageados os desembargadores Frederico Neves, Jones Figueiredo e Jovaldo Nunes.

Assunto: Reembolso longe de ser resolvido

Veículo: Diário de Pernambuco

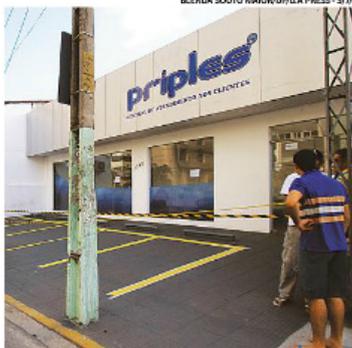
Data: 23/01/2014

Editoria: ECONOMIA

Seção:

economia

Reembolso longe de ser resolvido



BLENDY SOUTO MAIOR/DF/ILIA PRESS - 5/2013

Priples está bloqueada pela Justiça desde agosto

Devolução do dinheiro dos investidores da Priples, apontada como pirâmide financeira, emperra na Justiça

ANDRÉ CLEMENTE
andrclemente.pq@diarv.com.br

O desejo de ressarcimento dos mais de 100 mil investidores da Priples, empresa acusada de formação de pirâmide financeira, está longe de ser atendido. Na última segunda-feira, foi divulgado o relatório do Instituto de Criminalística (IC) que destaca que o negócio tem 99,9% de movimentação financeira com base em novas adesões, ou seja, confirmando que é insustentável apenas com venda de produtos ou serviços. Porém, esse documento não colabora com o processo cível e servirá apenas para integrar o processo criminal já existente, em julgamento no Tribunal de Justiça de Pernambuco

(TJPE). O reembolso dos investidores corre em um segundo processo, emperrado por questões burocráticas do Judiciário.

O entrave ocorre porque o processo cível partiu de ação civil pública depositada no Poder Judiciário do Rio Grande do Norte (TJRN), foi transferido para o TJPE, que mandou de volta para o estado de origem. O impasse exigiu a entrada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por se tratar de um conflito de competências. O STJ foi procurado e informou que

não há novidades sobre quem assumirá o caso, nem anunciou previsão. Com isso, a decisão de como serão minimizados os prejuízos financeiros dos investidores está indeterminada.

A empresa está judicialmente impedida de funcionar desde agosto do ano passado. Mais de R\$ 100 milhões foram bloqueados e o empresário Henrique Maciel Lima chegou a ter a prisão temporária decretada. Mais de 100 mil pessoas integravam a Priples, divulgada como marketing multinível - modelo de negócio que se diferencia das pirâmides por se sustentar também com a venda de produtos.

Na questão criminal, o documento do IC, considerado o primeiro relatório formal de órgão de investigação em que consta a formação de pirâmide, já avançou na Justiça. A perícia

contábil de livros de três meses de movimentação financeira da Priples foi base para novo parecer formalizado pelo

Ministério Público de Pernambuco em denúncia à empresa.

O MPPE confirmou que o posicionamento da instituição já está na 9ª vara criminal do TJPE, sob responsabilidade da juíza Sandra Beltrão, a ser integrado ao processo já existente em nome do presidente da empresa e sua esposa, Mirelle Pacheco de Freitas. Segundo a assessoria do TJPE, a juíza está de férias. O substituto, que não falou ao Diário, esteve em audiência durante toda a tarde de ontem.

STJ ainda não decidiu qual tribunal assume o caso da Priples

Assunto: Vereadores de Caruaru

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 23/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Caruaru: cassação a caminho

Pedro Romero

promero@jc.com.br

CARUARU – A Secretária Jurídica da Câmara de Vereadores de Caruaru deu parecer favorável, ontem, pela cassação dos dez parlamentares acusados de cobrar propina para aprovar projetos da Prefeitura. O documento será entregue ao presidente da Casa, Leonardo Chaves (PSD), e repassado à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, a quem caberá decidir sobre a abertura ou não do processo de cassação.

Leonardo Chaves disse que ainda não recebeu o documento, mas confirmou que o parecer é favorável à abertura de procedimento. “É a abertura do processo, mas ainda não falo em cassação. Não podemos dizer que iremos cassar ninguém. Vamos abrir esse procedimento, é apenas uma solicitação para que a Comissão de Ética tome as rédeas do processo”, disse em entrevista ao blog do Mário Flávio.

O documento da Secretaria jurídica vai servir de base para a decisão da Comissão de Ética, a quem caberá abrir procedimento contra os dez vereadores. Formada por cinco titulares e cinco suplentes, a comissão teve que receber novos suplentes, já que os membros anteriores estavam



Arquivo JC

ACUSADOS Os vereadores apontados na Operação Ponto Final: processo de cassação na Câmara

Parecer favorável à cassação é dado pelo Jurídico da Câmara

entre os vereadores que serão investigados.

Poderão ser cassados: Jádriel Nascimento (PROS), Silvaldo Oliveira (PP), Val das

Rendeiras (PROS), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS).

Esses vereadores estão sendo acusados de concussão, corrupção passiva e de integrar organização criminosa. De acordo com a Operação Ponto Final, desencadeada no dia 18 de dezembro, eles formaram um grupo com o objetivo de cobrar R\$ 2 milhões para votar pela aprovação do projeto que previa a implantação de um Bus Rapid Transit

(BRT) em Caruaru.

A aprovação do projeto, que aconteceu um dia antes da Operação Ponto Final, desencadeada pela Polícia Civil, foi anulada por unanimidade em sessão extraordinária realizada pela Câmara na última terça-feira (21). Os suplentes participaram da sessão, já que a Justiça afastou vereadores acusados. Além disso, o Ministério Público recomendou abertura do processo de cassação e ingressou com uma ação cautelar de improbidade administrativa contra o grupo.

Assunto: TJ masculino	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 23/01/2014
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA

2 QUINTA-FEIRA • Recife, 10 de julho de 2013

PERSONA



Roberta
Jungmann

Colaboração de
ROMERO RAFAEL

TJ MASCULINO

O novo desembargador do Tribunal de Justiça, Evandro Magalhães, é especialista em Direito de Família, muito bem relacionado no meio e casado com a juíza de Direito Sonia Stanford. Mas agora, com a aposentadoria de Alderita Ramos, o TJPE será exclusivamente masculino. Lamentavelmente, não temos mais saia na Corte pernambucana. Só calças. Um retrocesso para a magistratura.

Assunto: Na sala da Justiça	
Veículo: Blog Fernando Machado	Data: 23/01/2014
Editoria:	Seção:



Na Sala da Justiça

O novo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Frederico Neves, quebra uma tradição de muitos anos. Este ano não haverá o jantar de posse na Blue Angel, vai se restringir apenas a Missa, às 10h, na Ordem Terceira de São Francisco e a sessão solene de posse da Sala de Sessões e um coquetel no Salão dos Passos Perdidos, às 17h. Será que foi por conta dos 80 mil reais gastos na posse de Valdecir Pascoal na presidência do TCE?

Ontem, no final da tarde, quando da posse do novo desembargador Evandro Sergio Netto de Magalhães Melo, no Tribunal de Justiça de Pernambuco o gossip era: “Desta vez não foi Geraldo Julio quem fez. Quem fez foi Roberto Magalhães.” O fato se referia a interferência do ex-governador de Pernambuco Roberto de Magalhães Melo junto ao governador Eduardo Campos para escolher o sobrinho para o cargo. Ô raça!

Assunto: Ministro defende corte permanente	
Veículo: Blog João Alberto	Data: 23/01/2014
Editoria:	Seção:



Ministro defende corte permanente



O ministro Marco Aurélio Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, defende a transformação da justiça eleitoral em corte permanente. Atualmente, o TSE é formado por juízes emprestados do STF e STJ. O TRE de Pernambuco, por exemplo, é dirigido por desembargadores do TJPE.

